A reorganização necessária

FRANCISCO GARCEZ OURIQUE

Há um setor da vida econômica e social brasileira, responsável por cerca de 1% do produto nacional, que ocupa cerca de 2,1 milhões de hectares das terras produtivas nacionais, ou seja, perto de 4% do total, emprega quase 3 milhões de pessoas e ainda responde por uns 6% da receita de exportações nacionais, no qual as ditas reformas de modernização estrutural cessaram a meio-caminho.

Além de ainda ter expressivo peso na economia nacional, o complexo econômico de setor cafeeiro do Brasil tem a peculiaridade de ser um dos poucos segmentos que gerou, autonomamente, um superávit estrutural de caixa, representado por recursos de ordem de US$750 milhões contabilizados no Fundo Nacional de Defesa da Cafeicultura (Funcafé), recentemente ratificado pelo Congresso Nacional, e por estoques de 9,5 milhões de sacas, cujo valor de mercado está estimado em US$1,35 bilhão. Os recursos do Funcafé estão vinculados por lei a programas específicos para o próprio setor.

O valor da produção nacional em nível de produtor oscila entre US$2,2 bilhões, tendo em vista o tamanho da safra nacional e, em razão inversa, dos preços internacionais.

Pelos números acima poderíamos concluir, ainda que genericamente, que a gestão desse setor detém condições econômicas de razoável manejo. Infelizmente essa constatação não corresponde à realidade.

O governo federal, formalmente e na prática ainda o gestor do complexo cafeeiro nacional, portanto dos US$2,1 bilhões do patrimônio do Funcafé (sem considerar os US$640 milhões em estoques de café pertencentes ao Tesouro Nacional), tem atuado com atraso e com alocação pouco eficiente de recursos creditícios. Na raiz desse problema está exatamente a pouca importância que tem hoje o café para a agenda das autoridades econômicas. Ademais, não temos hoje no governo federal especialistas com dedicação exclusiva a questões cafeeiras, mesmo que em escalões de menor importância, conseqüência natural do café ter deixado de ser razão de Estado.

O problema reside nesse fato. O complexo cafeeiro brasileiro nem está sob a égide do Estado nem foi privatizado. O conceito de privatização aqui precisa ter uma definição muito clara.

Como o Estado brasileiro perdeu o interesse direto nos rumos dos agregados do complexo cafeeiro, que em outras épocas servia ora como regulador de meios de pagamentos, ora como chave principal para as contas externas nacionais, as formas de financiamento do setor caíram no vácuo. Não há tradição entre os agentes privados nacionais de financiarem esta atividade. Os produtores nacionais vivem hoje, em 90% de suas demandas creditícias, com recursos do Funcafé; os torrefadores nacionais trabalham basicamente com recursos próprios e os exportadores com linhas de curtíssimo prazo (verdadeiro suicídio coletivo para quem opera na commodity mais volátil do mundo) lastreadas em adiantamentos de câmbio com vencimentos de 30/60 dias, dependendo do cadastro de cada empresa.

A titular do MICT, ministra Dorothéa Werneck, que detém a responsabilidade pela gestão do complexo cafeeiro brasileiro, manifestou em diversas ocasiões o interesse do Executivo na privatização da administração do Funcafé. Certamente a ministra Dorothéa tem em mente alguma forma institucional mista de gestão, uma vez que dificilmente o patrimônio do Funcafé poderia ser meramente doado à iniciativa privada. A dificuldade que a ministra na certa tem encontrado nesta empreitada é conseguir extrair do segmento privado uma proposta exeqüível. Não creio que as históricas diferenças entre os diversos segmentos do complexo cafeeiro sejam uma razão intransponível, se existir determinação política. O fundamental é que se determinem no início das negociações os limites dos objetivos da administração privada (ou mista) do Funcafé. Não há hoje, nem no governo nem na iniciativa privada, quem defenda o retorno, sob qualquer expediente, das compras de estoques reguladores, da fixação de preços internos ou externos vinculados a políticas de maximização motivadas por estrangulamento das nossas contas externas, enfim de todo o elenco, ainda que criativo, criado no passado quando o café regulava os rumos de macroeconomia nacional.

A Câmara Federal instituiu recentemente comissão especial para debater a privatização, por assim dizer, da gestão do Funcafé. A iniciativa colocará o complexo empresarial cafeeiro e os responsáveis pelo setor junto ao governo federal diante do desafio de terminar a reestruturação começada a tapa pelo governo Collor, abandonada pelo governo Itamar após duas tentativas do então titular do MICT, José Andrade Vieira, vetadas pelo palácio.

Francisco Garcez Ourique é jornalista e sócio-diretor da Flavour Coffee.